

As categorias aristotélicas no relacionamento entre educador e estudantes

Aidalice Ramalho Murtá¹

aidalicem@gmail.com

Resumo

Este texto busca trazer uma reflexão acerca da dialética constitutiva da relação existente entre o educador e sua turma de estudantes. Para tanto, toma por base as categorias aristotélicas de ethos, pathos, logos e topos, buscando detalhar a dimensão dialética dessa interação tanto quanto defender a importância da prática dialógica na sala de aula. Além disso, é objeto de interesse refletir acerca do jogo de imagens que o educador desenvolve com os seus estudantes, tentando pensar um pouco mais na importância da atuação discursiva do estudante nas cenas enunciativas que se desenrolam no interior do evento denominado aula. Para finalizar, o texto aponta que cabe tanto aos estudantes, quanto ao educador a responsabilidade da construção recíproca de imagens discursivas que alimentarão o processo interativo e que nortearão, entre outras coisas, a qualidade da aprendizagem.

Palavras-chave: categorias aristotélicas, discurso pedagógico, aprendizagem, relação educador-educandos.

1 Introdução

Embora já muito propalado, o tema a ser discutido neste texto ganha novos contornos e proporções ante cada novo episódio de, por exemplo, violência escolar. Não estamos aqui assumindo a postura de

¹ Instituto Federal de Educação Tecnológica Sul de Minas (IFSULDEMINAS). Doutora em letras pela PUC-MG

“reinventores da roda”. Bem ao contrário disso, reverenciamos o filósofo Aristóteles que, bem antes da Era Cristã, já apontava a porosidade do ser, enquanto muitos de nós, educadores, insistem na crença de que somos seres muito bem delimitados, monolíticos, cujos limites (inclusive os físicos, acreditam eles) estejam claramente definidos e colocados.

É sob essa percepção de porosidade constitutiva do ser humano que pretendemos discutir a relação que se efetiva entre educador e estudantes. Para tanto, tomamos por base as categorias aristotélicas de *ethos*, *pathos*, *logos* e *topos*, buscando detalhar a dimensão dialética dessa interação tanto quanto defender a importância da prática dialógica.

Objetivamos com isso refletir acerca do jogo de imagens que o educador desenvolve com os seus estudantes, tentando pensar um pouco mais na importância do protagonismo do estudante nas cenas enunciativas que se desenrolam no interior do evento denominado aula. Vale destacar que chamamos de “protagonismo do estudante” a participação efetiva na interação de sala de aula por parte tanto do estudante quanto do educador, de modo a conferir ao primeiro a responsabilidade de assumir seu papel de ator social nas cenas enunciativas que constituem uma aula, situada no discurso pedagógico, influenciando e se deixando influenciar pelo outro no processo de construção do conhecimento. Mais que isso, vale dizer que cabe tanto aos estudantes, quanto ao educador a responsabilidade da construção recíproca de imagens discursivas que alimentarão o processo interativo e que nortearão, entre outras coisas, a qualidade da aprendizagem.

Por fim, salientamos que não é nosso objetivo aqui apresentar o que Aristóteles “quis dizer” ao postular as categorias na sua retórica, o que, por óbvio, não temos o condão de fazer, dada a distância temporal entre ele e nós. Tentamos, sim, fazer uma aplicação do que alguns autores – inclusive o que assina este texto – entenderam das categorias aristotélicas e suas implicações para a relação existente e (re) (des) construída entre estudantes e educador, notadamente no ensino superior. Essa nossa tentativa tem por base a noção da extrema validade desses pressupostos aristotélicos, associada ao fato de que o mundo, de Aristóteles para cá, sofreu consideráveis transformações, o que, por si só, já é suficiente para

pensarmos essas categorias em adaptação a esta nossa realidade. Afinal, não exigimos em hipótese alguma que Aristóteles deveria ter postulado categorias cujo entendimento e aplicação superassem as distâncias de tempos, espaços e culturas humanas. É com esse pensamento que este texto deve ser lido.

2 A retórica aristotélica

Contrapondo-se à sofística, a qual alcunhou de “arte da enganação”, Aristóteles propôs “um conjunto de técnicas ‘racionais’ que pode ser usado com vistas a persuadir um auditório” (EMEDIATO, 2001, p. 162). A esse conjunto o filósofo deu o nome de retórica. Essa dimensão toma por recorte os laços entre orador e auditório, mediados por um conjunto de crenças e valores que lhes é peculiar, sendo a persuasão fundamentada pelo princípio da verossimilhança.

Ao reconhecer que dois sujeitos se opõem em torno de uma dada questão, para a qual cada um dos sujeitos tem uma solução viável, Aristóteles assume uma concepção de cunho dialético, ou seja, a “discussão de teses opostas”, cuja validade das postulações é aceita na medida em que essas pudерem ser provadas, uma vez que sejam defensáveis por uma maior parte de um grupo de pessoas ou, ainda, pelos convedores especialistas do tema. Assim, trata-se de uma racionalidade baseada naquilo em que se crê, mas que não pode prescindir do “critério da prova”, sejam essas provas de natureza independente (elementos preexistentes ao discurso, como as circunstâncias de ocorrência do fato) sejam de aspecto dependente (aqueles constitutivas do esquema argumentativo ou implantadas pelo orador).

2.1 A noção de *ethos*

Ainda discutindo as provas, Aristóteles apresenta três tipos das que chamou de provas artísticas de persuasão e que são, segundo ele, fornecidas pelo discurso. Para ele, um grupo dessas provas deriva do caráter moral do orador; outro grupo se fundamenta no próprio discurso, dada a validade que demonstra ou aparenta demonstrar, e, por fim, um

grupo de provas que resultam da maneira pela qual o orador se coloca sobre a plateia.

O primeiro grupo de provas possui caráter persuasivo não pelo valor da prova ou do argumento em si, mas porque ele é proferido de tal maneira que leva o auditório a ficar com impressão de que o orador é digno de crédito. Com isso, o auditório estende esse crédito até a prova apresentada pelo orador.

O segundo segmento de provas diz respeito ao tipo que deriva do que é construído pelo próprio raciocínio. Trata-se, portanto, de um discurso cujas provas apresentam maior grau de verossimilhança.

O último grupo, por fim, reporta-se à disposição que o auditório apresenta para o discurso do orador, ou seja, nas emoções que o discurso provoca no auditório ou mesmo na predisposição que o auditório apresenta em relação à temática.

A esses três tipos de provas técnicas ou artísticas correspondem, especificamente, as categorias aristotélicas *ethos*, *logos* e *pathos*, respectivamente.

A fim de compreendermos melhor o *ethos*, tomemos o que diz Gilles Deleuze (1992, p. 47), para quem “o *ethos* deve ser compreendido como uma condição técnica e intrínseca do processo de persuasão, e não como uma qualidade moral e extrínseca que resulta da natureza do orador”². Esse autor aponta, ainda, que “é o discurso que produz a confiança: correlativamente a uma representação do mundo, o orador constrói por meio de sua enunciação uma representação oratória de sua pessoa que modela a situação e argumentação” (DECLERCQ, 1992, p. 47)³.

Dito de outra forma, mais do que a integridade moral do orador, o que importa para o sucesso persuasivo é que o discurso cause uma boa impressão.

Como só acontecer com todos os tipos de concepções, a noção de *ethos* também ganha novos contornos com o decorrer do tempo e com a mudança de paradigmas. Em interessante análise sobre essa categoria,

2 Tradução livre de: “L’*ethos* doit donc se comprendre comme une condition technique et intrinsèque du processus de persuasion, et non comme une qualité morale et extrinsèque issue de la nature de l’orateur.”

3 Tradução livre de: “C’ est le discours qui produit la confiance: corrélativement du monde, l’ orateur construit par son énonciation une représentation oratoire de as personnes qui façonne la situation d’ argumentation.”

Maingueneau (2006, p. 60), a respeito dessa flutuação de usos que o termo vem recebendo, afirma, embora seja bastante difícil uma estabilização conceitual, ser possível estabelecer três pontos de congruência entre esses vários usos, quais sejam:

(i) *ethos* é uma categoria discursiva que, como tal, constitui-se no interior do discurso. Logo, é uma imagem discursiva e não fora do discurso;

(ii) por ser dialético, o *ethos* é fundamentalmente um processo interativo em que sujeitos interagem uns sobre os outros;

É daqui que tiramos a noção de porosidade do sujeito a que nos referimos na introdução deste texto. Afinal, se um age sobre o outro a ponto de atuar na constituição de sua imagem, cabe questionar acerca do que é socialmente o sujeito senão sua própria imagem. Logo o limite exato entre um sujeito e o outro não é tão preciso como imaginam alguns.

(iii) uma vez que se trata de imagem do orador que é construída discursivamente, o *ethos* é essencialmente uma noção híbrida, isto é, um comportamento socialmente avaliado que não pode ser apreendido em outra dimensão que não seja a situação comunicativa que ativa esses papéis, inserida numa dimensão sócio-histórica determinada.

Tudo isso nos leva a pensar que, estando o *ethos* associado à imagem discursiva do orador no e pelo discurso, não cabe estabelecer nenhum tipo de correlação entre o *ethos* e qualquer opinião prévia que se tenha acerca da pessoa que encarna o papel de orador. Afinal, a noção de *ethos* não se completa pelo ato de sobrepor o papel de enunciador. Portanto, há uma nítida distinção entre *ethos* e imagem de enunciador. Todavia, é o *ethos* que tem o condão de extrapolar esse jogo e conferir credibilidade ao discurso, tornando-se fiador desse, em virtude de garantir o que é dito, legitimando o discurso através do seu modo de dizer.

É ainda esse autor que propõe que os discursos, mesmo aqueles do gênero escrito, possuem um tom que (MAINGUENEAU, 1997, p. 46-47) “está necessariamente associado a um caráter e a uma corporalidade”, que dão corpo àquele que enuncia. Assim, o tom funciona como

a vocalidade que resulta no corpo do enunciador, não esse corpo físico, da pessoa empírica, mas da voz que emerge do discurso, como “uma instância subjetiva encarnada que exerce o papel de fiador” (MAINGUENEAU, 2005, p. 72). O fato de esse corpo ser constituído de um tom, de um caráter e de uma corporalidade atua como forma de atribuição de legitimidade ao discurso, uma vez que suas qualidades resultam de representações sociais, estereótipos culturais criados e valorizados, positiva ou negativamente, por uma comunidade. Segundo Maingueneau (2005, p. 72), “esses estereótipos culturais circulam nos registros mais diversos da produção semiótica de uma coletividade: livros de moral, teatro, pintura, escultura, cinema, publicidade...”, o que, aliás, mais não é do que a interdiscursividade.

2.2 A noção de *pathos*

“As paixões são todos aqueles sentimentos que, causando mudança nas pessoas, fazem variar seus julgamentos” (ARISTÓTELES, 2000, p. 5). Essa é uma das definições que Aristóteles traz de *pathos*. Em outro trecho de *Retórica*, o filósofo dirá que “Persuade-se pela disposição dos ouvintes, quando estes são levados a sentir emoção por meio do discurso, pois os juízos que emitimos variam conforme sentimos tristeza ou alegria, amor ou ódio” (ARISTÓTELES, 1998, p. 49). Daí a origem de muitos estudiosos e pesquisadores traduzirem o termo *pathos* por “paixão”. Entretanto, Plebe (1978, p. 42) salienta que não se trata de correlação exata, mas tal tradução deve ser entendida de forma aproximada, pois *pathos* “não é ‘paixão’ no puro sentido de uma inflamada emoção, mas é o mundo todo da irracionalidade emocional”.

Assim como acontece com ethos, a noção de *pathos* sofre flutuação de uso, de abordagem, o que faz com que essa categoria seja objeto de estudo das mais variadas áreas do conhecimento, utilizada por perspectivas inúmeras no âmbito das ciências da linguagem. Fazemos, todavia, a opção teórico-metodológica de operar com a noção de *pathos* retórico, inserido no quadro da análise do discurso, uma vez que estamos apoiando nossa discussão na tradição retórica de inspiração aristotélica.

O *pathos* discursivo diz respeito a um conjunto de crenças construídas social e historicamente por um determinado grupo (auditório, para usar a nomenclatura de Aristóteles), que lhe atribui uma graduação de valores, ou seja, cada grupo social apresenta um sistema de valores, construído socialmente e consolidado historicamente, que determina o valor de cada paixão, de cada gosto, de cada credo, de cada crença, conforme a circunstância em que ela é manifestada em uma dada sociedade e em seu momento histórico. Portanto, assim, como se dá com o *ethos*, é no e pelo discurso que se projetam as imagens do sujeito, de si e do outro, apoiadas também no tipo de paixões que seu contexto sócio-histórico determina como possíveis ou não possíveis de manifestar.

Em outras palavras, já pensando em uma categoria que nos possibilitará uma discussão acerca da subjetividade na sala de aula, concebemos o *pathos* discursivo como um conjunto de recursos linguístico-discursivos engendrados na construção de efeitos de sentido passionais que, em função da sua dimensão pragmática, da formação ideológica e sua correspondente formação discursiva, participam do processo de interpelação, por meio da sensibilização/afetação do sujeito. Nesse ponto de vista, as paixões se afiguram também como um sistema de evidências e de percepções que oferece ao sujeito a experiência de compartilhar determinada emoção ativada, provocada por uma enunciação. Essa comunhão passional está presente na construção dos efeitos de identificação entre o orador e seu auditório, fazendo com que este as experimente também (o que faz interferir em seu julgamento). Deduzimos daí que o tipo de *pathos* tem parte na qualidade de *ethos* que é construído no discurso, pois as emoções estão imbricadas em jeitos muito específicos de falar, de enunciar, logo em maneiras especialmente típicas de ser e de agir e de interagir no mundo.

2.3 Breve passagem pelo *logos* e pelo *topos*

Como previsto no título deste texto, tomamos por parâmetros para a nossa discussão apenas o *ethos* e o *pathos*. Todavia, para abordarmos a dimensão do discurso, é interessante compreendermos as noções de *logos* e

topos que integram com as outras duas a dimensão dialógica da linguagem.

Conscientes da ampla discussão que cerca cada um desses termos, mas ainda perseguindo a tradição aristotélica, entendemos *logos* como a materialidade discursiva, em que são engendradas as estratégias linguísticas, aplicados os recursos enunciativo-discursivos que visam a produzir determinados efeitos de sentido sobre o auditório. É no *logos* que se constrói (ou se coloca em risco) a qualidade do discurso em si, o quanto ele pode ser ou parece ser demonstrado.

Finalmente, o *topos* representa o conjunto de crença e valores de uma auditório sobre o qual se funda a “lei de passagem” de um argumento, garantindo-lhe validade e aceitação. O que diferencia o *topos* do *pathos* é a natureza de cada um deles, enquanto este tem natureza puramente emocional, o primeiro se caracteriza pelo viés da racionalidade, por aquilo que se valoriza racionalmente e que, por meio de raciocínios inteligíveis, foram consolidados.

Em suma, na perspectiva aristotélica, para que uma tese possa ser defendida, precisa que sua verdade seja provável. Para isso, é fundamental que a tese do orador esteja de acordo com o conjunto de crenças do auditório ao qual é apresentada, para que este possa tomá-la como pertinente aos seus propósitos. Então, segundo Aristóteles, o *ethos*, entendido como a construção discursiva da imagem do enunciador, através da enunciação, incorpora o *pathos*, que representa a sensibilidade do auditório, para despertar o outro e aflorar-lhe o desejo e/ou a solidariedade, ou seja, as motivações da ordem da paixão que o orador deve tomar como parâmetro, por constituir o *pathos* do auditório, para que possa atuar sobre este, a fim de alcançar-lhe a adesão. Em virtude disso, as estratégias argumentativas são elaboradas em consonância com a situação comunicativa, configurando um parâmetro de racionalidade como forma de funcionamento do discurso de um modo geral e, mais especificamente, do discurso de sala de aula – em termos do objeto que aqui nos interessa mais de perto – o que remete ao que Aristóteles chamou de *logos*. É nesse *logos* que são desenvolvidas, engendradas as estratégias argumentativas, constituindo a organização material do discurso.

2.4 Para não dizer que não falamos do auditório

Falar em *ethos* e *pathos* remete à compreensão do que se entende por auditório, outra categoria constitutiva da retórica aristotélica. Partindo do ponto de que auditório, segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (1958, p. 25), pode ser entendido como “o conjunto daqueles aos quais o orador quer influenciar com a sua argumentação”, essa noção avança para englobar, além das pessoas que efetivamente tiveram ou terão acesso ao discurso, seja ele falado ou escrito. Afinal, esses autores problematizam esse conceito, a partir das possibilidades atuais⁴ de interação discursiva conforme se pode ver abaixo:

Quem são aqueles que, no sentido técnico da teoria da argumentação, constituem o auditório de um orador? Serão todos aqueles que entendem [escutam] o seu discurso ou todos aqueles que poderão lê-lo quando ele for publicado? Evidentemente que não. [...] Será aquele que é interpelado no início do discurso? Nem sempre. [...] De fato, o auditório, tecnicamente, é o conjunto de todos aqueles que o orador quer influenciar mediante o seu discurso (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1977, p. 237).

Ao propor essa ampliação do conceito, Perelman e Olbrechts-Tyteca dão à noção de auditório um contorno bastante fluído, já que passa a compreender uma construção do orador, ou seja, trata-se de uma projeção de conjunto de pessoas cuja adesão o orador objetivou ganhar ao construir o seu discurso. Ao discursar, o orador deve ter clareza, ainda que conceitual – se não for empírica –, do perfil daqueles a quem seu discurso é dirigido, uma vez que não existe discurso sem auditório, ainda que seja apenas o orador discursando para si mesmo.

Aplicando essa noção à sala de aula, fica ainda mais fácil perceber essa fluidez do auditório. Cada sujeito que se apropria da língua, constituindo-se como enunciador, articula estratégias de construção de seu *ethos*, ao mesmo tempo em que, de modo consciente ou não, estabelece um conjunto de pessoas das quais deseja angariar a adesão

⁴ Relembremos nossa introdução, quando falamos das mudanças ocorridas no mundo desde a Guerra do Peloponeso até os dias atuais.

para seus posicionamentos. Logo, para cada orador, em cada uma de suas enunciações, há um auditório correspondente. Isso, todavia, não autoriza a compreensão de que o orador seja independente do auditório e vice-versa. Todos dois são categorias constitutivas de qualquer argumentação. É em função do auditório que o orador se constitui como categoria discursiva e constrói o seu discurso, assim como só é possível pensar em auditório, se houver um orador disposto a convencê-lo de algum ponto de vista. Para Perelman e Olbrechts-Tyteca:

Esse contato entre o orador e seu auditório não concerne unicamente às condições prévias da argumentação: é essencial também para todo o desenvolvimento dela. Com efeito, como a argumentação visa obter a adesão daqueles a quem se dirige, ela é, por inteiro, relativa ao auditório que procura influenciar (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1958, p. 24).

Para Aristóteles, noção de auditório pode ser tomadas sob outra perspectiva, o que vai fazer com que haja pelo menos dois tipos dessa categoria, quais sejam, o auditório particular e o universal.

Por auditório particular, entende-se como aquele que é situado temporal e espacialmente, constituído por um grupo delimitado. Esse auditório possibilita ao orador se amparar em teses que, ao menos em princípio, tendem a diferir ou mesmo se opor a teses admitidas por outros auditórios. Dessa forma, aquilo que é aceito por um auditório particular tem eficácia apenas no interior dele, tendo em vista que aquilo que persuadiu um determinado auditório pode não obter sucesso em outro. Trata-se, portanto, de um grupo específico cujas crenças e valores possuem caráter particular, compartilhadas apenas internamente pelos seus membros e que são tomadas como pontos de partida do discurso. Assim, aquilo que é aceito nesse auditório não tem validade exterior, para além dos contornos daquele grupo.

A nosso ver, esse tipo de auditório raramente se apresenta no universo acadêmico, em que a pluralidade de ideias constitui marca primordial. A despeito disso, há, na sala de aula, uma espécie de acordo tácito que prevê o apagamento de algumas diferenças, em favor de um contrato

de interação cabível a essa cena enunciativa, conforme discutiremos mais à frente.

O auditório universal constitui a outra margem do tipo de auditório. Por ser uma idealização do orador, constituído de uma universalidade abstrata, isto é, de um conjunto sempre potencialmente aberto, do qual fazem parte todos os seres racionais, esse auditório nunca se realizaria efetivamente, já que ele parece conter todas as pessoas do mundo, o que, por si só, é inimaginável.

O auditório concreto – particular – é, em suma, aquele composto de pessoas realmente existentes, um auditório fisicamente circunscrito, situado, enquanto o auditório ideal – universal – seria uma ficção, uma mera construção do orador.

2.5 Esse jogo na sala de aula

2.5.1- Da perspectiva do *ethos*

A cena enunciativa que primeiro se cria mentalmente, quando se reporta à sala de aula, é delineada da seguinte forma. O educador ocupa o papel de orador e a classe de estudantes é seu auditório. Em razão de seus objetivos didático-pedagógicos, o educador organiza e desenvolve seu discurso, buscando a imediata e incondicional adesão do auditório. Os valores e crenças que são ativados nesse *logos* devem ser acolhidos pelo auditório como condição necessária à sua formação acadêmica. A aula tradicional era construída mais ou menos a partir dessa lógica discursiva e, infelizmente, de forma mais ou menos implícita, ainda pode ser vista em algumas práticas pedagógicas, até mesmo naquelas em que o estudante é obrigado, de modo velado, a aderir ao que se considera politicamente correto.

Essa cena, no entanto, não tem esse caráter inflexível, invariável, monolítico que se pretende. Antes, é marcada, constituída pela flutuação de papéis e pela porosidade dos sujeitos. Se não, vejamos.

A dialética vivenciada em sala mostra mais que a circularidade do discurso, revela, sobretudo, o seu caráter espiral, em cujo percurso mutações de papéis se efetivam. Assim, ao iniciar a aula, o educador

se coloca na centralidade da cena enunciativa, não por questão de exercício de poder, mas devido ao soletismo da enunciação – afinal, alguém precisa iniciar a aula e, via de regra, essa é uma das funções do educador. Iniciado o evento aula, no entanto, a dinâmica⁵ dialógica tende, nas práticas atuais, a reger as diversas cenas que compõem esse evento. Com isso, há, indiscutivelmente, a variação de sujeitos a vivenciarem os papéis enunciativos, efetivando uma flutuação de *ethos* e de *pathos* e, por conseguinte, dos grupos que compõem o auditório e o orador e seus respectivos *topoi*. Logo, conforme apontado anteriormente, o *ethos* de cada enunciação, de cada cena enunciativa, recebe a configuração que o interior do discurso lhe propicia, sendo, portanto uma imagem discursiva.

Isso leva à constatação de que aquele que assume a enunciação, por meio da apropriação do “aparelho formal da língua” (BENVENISTE, 1989), seja estudante ou educador, constitui-se o enunciador do ato de linguagem – ou orador, conforme nomenclatura aristotélica – e deve, por isso, levar em conta as especificidades da cena da qual ele faz parte e na qual ele se constitui orador, de modo a atuar na construção de um *ethos* favorável aos propósitos da aula, qual sejam, a construção dialética do conhecimento. Para isso, o orador carece de considerar o *pathos* do auditório, sabendo que o *ethos* se constitui nessa ambiência e que, portanto, tanto influencia o auditório quanto é por este influenciado. Dito de outra forma, o *ethos* ativado em sala de aula, por ser de natureza dialética, como também já foi dito anteriormente, possui natureza porosa, o que não pode ser olvidado pelo orador quando engendra tal ou qual ato de linguagem em determinado *logos*.

Além disso, sendo o *ethos* uma noção híbrida, cabe ao orador, ciente de que os comportamentos são avaliados socialmente em virtude da situação socioenunciativa efetivada, nesse caso a aula, articular no *logos* as estratégias discursivas adequadas aos objetivos sob os quais a aula acontece. Isto é, seja o orador o educador seja o estudante, as imagens que serão construídas no interior desse evento aula, inscrito nos domínios do discurso pedagógico, são fruto da corresponsabilidade dos interlocutores

5 Aqui, por razões de recorte de objeto, não abordaremos os gêneros textuais orais e escritos que compõem esse evento, sem, contudo, deixar de reafirmar nossa adesão às teorias que assim entendem como um esse evento marcado por uma multiplicidade de gêneros.

(orador e auditório) que encenam o evento sociointerativo. Daí podermos dizer que cada orador, ao seu turno, deve assumir a responsabilidade que lhe cabe na cena em efetivação e construir de modo pertinente a imagem discursiva do papel que vivencia. Por extensão, retomando um ponto da Introdução acima, a violência em sala de aula, em maior ou menor grau, é resultante das construções sociodiscursivas – nas quais se incluem com preponderância as imagens mútuas – que os sujeitos engendram na situação sociointerativa através da qual se influenciam mutuamente.

Nessa medida, o *ethos* não está vinculado a opiniões prévias que se possam ter acerca do orador. Trata-se de uma realidade interdiscursiva, ou seja, de uma atribuição de legitimidade cujas qualidades resultam das representações sociais construídas e validadas pela comunidade (estudantes e educador, no caso da aula) que compõe o evento sociointerativo. Em outras palavras, as opiniões prévias – e nem sempre pertinentes – acerca do educador (construídas por cada estudante) ou dos estudantes (feitas pelo educador e por cada um dos colegas), ou seja, que o auditório apresenta do orador, não devem assumir preponderância sobre aquela que este, efetivamente, coloca em cena, quando se apropria da língua para atuar no jogo enunciativo.

Finalmente, o *ethos* não é a pessoa que enuncia o ato de linguagem durante a aula, mas a imagem discursiva que serve de fiador do discurso. Assim como varia a pessoa que exerce o papel de orador também varia a responsabilidade enunciativa em sala de aula, coisa bem diferente do que acontece, por exemplo, em uma palestra, evento em que um fala e os demais ouvem, muitas vezes, sem direito à palavra.

2.5.2 Da perspectiva do *pathos*

Natural que se considere o outro, com todas as suas idiossincrasias, quando ativadas as cenas enunciativas na sala de aula, pois é nesse outro que se faz construir (e consolidar) o plano de interação dialética. O *pathos* do auditório não deve ser visto tão somente como sendo o conjunto de sensibilidade dos estudantes, já que nem sempre o orador na sala de aula é educador. Nas dinâmicas pedagógicas pautadas pelo diálogo, a

cada turno, uma pessoa coloca em cena, ativa um orador cujo *ethos* vai sendo moldado pelas contingências de cada enunciação, conforme varia o auditório que participa da cena. Com isso, na mesma medida em que o educador passa a compor o auditório, os estudantes se alternam na dinâmica de ativação do orador e seu *ethos* correspondente, fundado nas especificidades pragmáticas de cada uma das enunciação engendradas.

Disso resulta que se mudam julgamentos em razão da alteração desse *pathos* que se modela e remodela múltiplas vezes, na medida em que a predisposição dos ouvintes também varia em conformidade com sua emoção, gerando uma graduação de valores que, por sua vez, provocam efeitos de sentidos passionais variáveis. Cabe ao auditório, em cada uma das cenas enunciativas, ativar um *pathos* que propicie a efetivação de um *ethos* sensibilizado não só às temáticas didático-pedagógicas, mas também às preferências emocionais discursivas cabíveis ao tema, de forma a tornar a ambiência da sala de aula propícia ao evento aula.

É decorrência disso, considera-se que cada sujeito que participa das encenações no interior de uma sala de aula, seja ele educador ou estudante, deve tomar para si a responsabilidade de coconstrutor das imagens discursivas produzidas nessa prática social. Entende-se, aqui, portanto, uma questão de violência escolar o desrespeito ou a desconsideração da importância de cada um dos sujeitos na construção de imagens na sala de aula.

Dito de outra forma, tanto educador quanto estudantes devem assumir seu papel de protagonistas do evento “aula” e colocar em cena as estratégias linguísticas que favoreçam o evento e a construção de imagens discursivas adequadas a esse evento, de modo a favorecer o aprendizado, a interação produtiva entre os sujeitos envolvidos, enfim todo o processo de construção do conhecimento.

2.5.3 Da querela dos auditórios

Por fim, um aspecto que se coloca na subjetividade da sala de aula é a delimitação que se dá ao auditório. Via de regra, há uma considerável tendência de percebê-lo como sendo de natureza particular, uma vez

que a aula está circunscrita em um nível específico de escolaridade (curso livre; ensino fundamental, médio, superior ou pós-graduação, entre outros), em determinado tipo de educandário (escola de educação básica ou universidade, por exemplo), a uma dada disciplina situada em certo curso e assim por diante. Isso faz com que se tente, tal como anteriormente apontado, por um esforço interativo, apagar as diferenças presentes nesse auditório, o que nem sempre se efetiva. Em outros termos, por mais que o orador tente particularizar o auditório – ou mesmo que o auditório, de comum acordo busque apagar suas as diferentes que lhe constituem –, as divergências acabam por se mostrar.

É nessa tensão entre o particular e o universal que o *logos* do auditório se faz, o que se configura numa flutuação de *topoi* e de *pathos*, fazendo com o ethos também deva sofrer flutuação.

Disso resulta que os interlocutores que encenam a aula, ao assumirem a posição de orador, na dinâmica do jogo enunciativo que vivenciam, devem se ater se a essas flutuações, compreendendo que a construção das imagens no interior desse *logos* da sala de aula constitui uma combinação, um acordo, portanto um ato de responsabilidade recíproca. Nesse sentido, o hábito até hoje tão comum de estudantes “culparem” educadores pela qualidade da aula e vice-versa perde razão de ser, já que se trata de uma construção coletiva, para a qual todos os envolvidos – orador e auditório –, munidos de suas idiossincrasias – *pathos*, portanto –, devem colaborar para o acontecimento do evento enunciativo.

A nosso ver, quando esses aspectos são atualizados na sala de aula, o relacionamento entre estudantes e educador se torna amistoso, agradável e favorável à construção do conhecimento. Não que se imagine a inexistência da dúvida, do conflito de ideias ou de interesses nessa ambição. Em face disso, todavia, os interlocutores, nessas condições, propiciam um jogo interativo pautado no respeito e na cultura da “não violência”, já que cada um é responsável pelo evento enunciativo e pelas condições em que ele se dá. Dessa forma, as oposições são apontadas com cortesia e elegância, com a civilidade que deve reger as relações sociais e, aqui mais de perto, aquela protagonizada por estudantes e educador.

3 Considerações finais: especulações da esperança

Embora possa parecer quase que de modo redundante, nunca é demais reafirmar que, se a efetivação do *ethos* flutua, muda de lugar na dialógica da sala de aula, cada enunciador, a seu turno, deve se apropriar da instância discursiva em que se insere, protagonizando o papel que assume em cada cena, e ativar no seu *logos* os recursos linguísticos enunciativos que lhe possibilitem colocar em cena o *pathos* do seu auditório (que, aqui, ganhará a desinência de plural – “auditórios” –, pelas razões que já apresentamos).

Por outro lado, desconsiderar um auditório que seja, desse grande conjunto de auditórios que se configura naquilo que chamamos de “sala de aula”, possibilita o estabelecimento de um jogo de preferências, cujo parâmetro basilar são as idiossincrasias do orador, o que, na prática, revela-se com preconceito, discriminação, desrespeito e violência, enfim, para com as diferenças de que tanto falamos, atitude que tanto buscamos combater.

Compreender-se poroso favorece ao orador e ao auditório maior flexibilidade consigo mesmos e com o outro, na medida em podem influenciar tanto quanto serem influenciados, avaliarem resultados, agirem e reagirem conforme novas experiências, o que, em última análise, outra coisa não é do que aprender. Não se trata de uma exposição gratuita e romântica do “eu”. Antes disso, essa postura exige autoconhecimento e seriedade de propósito, capacidade de construir saberes a cada nova parede que tiver de ser derrubada, a cada nova interação que se consolida em sala de aula.

Referências

ARISTÓTELES. *Retórica*. Tradução Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1998.

ARISTÓTELES. *Retórica das paixões*. Tradução Isis Borges B. da Fonseca. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

DECLERCQ, Gilles. *L'art d'argumenter: structures rhétoriques et littéraires*. Paris: Editions Universitaires, 1992.

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. 3. ed. Tradução Freda Indursky. Campinas: Pontes, 1997.

MAINGUENEAU, Dominique. *Ethos*, cenografia, incorporação. In: AMOSSY, Ruth (Org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. Tradução Dilson Ferreira da Cruz, Fabiana Komesu e Sírio Possenti. São Paulo: Contexto, 2005. p. 69-92.

MAINGUENEAU, Dominique. *Cenas da enunciação*. Sírio Possenti e Maria Cecília Pérez de Souza-e-Silva (Orgs.). Curitiba: Criar, 2006.

The Aristotelian categories in the relationship between teacher and students

Abstract

Based on the Aristotle's categories of ethos, pathos, logos and topos, this text presents reflections on the constitutive dialectics of the relationship between an educator and his/her students. The discussion presented seeks both to show the dialectical dimension of this interaction in detail and to defend the importance of dialogic practices in the classroom. Moreover, this text aims to produce a reflection about the set of images that the educator develops with his/her students, trying to highlight the importance of students' discourse actions in the enunciative scenes which take place in the classroom. As a conclusion, it is argued that the educator as well as the students should be responsible for the reciprocal construction of discourse images which will feed their interactive process and influence the quality of the learning process.

Keywords: Aristotle's categories, pedagogical discourse, learning process, teacher-learner relationship.

Recebido: 25/10/2012

Aprovado: 28/12/2012